

Desindexação é a terceira e difícil etapa

Dentro de pouco tempo, o Plano Real deverá entrar em sua terceira fase: a da indexação. Quer dizer, o fim da correção automática na economia. Atualmente, há três índices oficiais para a atualização de valores: o IPC-r; a TR, e a Ufir. A extinção desses índices só provocará perdas se a inflação persistir. Acontece que, para eliminá-la de vez, é fundamental que se acabe com o sistema de indexação, que

perpetua e alimenta a própria inflação. Embora necessária, a idéia vem trazendo apreensão.

É que, por exemplo, o IPC-r é usado para a correção de salários. Se o Governo vier a eliminá-lo, os salários deixariam de ter a garantia do repasse da inflação na data-base, e o reajuste ficaria por conta da negociação entre patrões e empregados.

A extinção da TR preocupa em cheio os aplicadores em caderneta. A questão está em saber qual passaria a ser o fator de correção dos saldos. Se é intenção do governo manter a competitividade das cadernetas, o seu rendimento deve continuar sendo determinado pelas taxas de juro do mercado. Não haveria mais a combinação de correção monetária e os 0,5% de juros mensais, mas um percentual único que viesse

a refletir a média de juros. O grande problema aí para o Governo é encontrar uma saída para os contratos do Sistema Financeiro da Habitação que também tem o saldo devedor corrigido pela TR.

A Ufir serve para a correção de impostos. Por um lado isso deve trazer queda de receita para o Governo, já que os valores podem ser corroídos pela inflação.